

# **Do gabinete à calçada: uma análise sobre as políticas públicas voltada às mulheres em situação de rua em Belo Horizonte/MG**

Discente: Miguel Francisco de Oliveira

Orientadora: Vânia Dutra Amorim Cerbino

## **RESUMO**

O presente artigo teve por objetivo realizar uma análise das políticas públicas implementadas na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, que beneficiam, de alguma forma, as mulheres que desenvolvem a vivência nas ruas. Buscou-se apresentar a trajetória histórica das normativas adotadas na cidade, após a promulgação da Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009. Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, que utilizou fontes secundárias, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, incluindo materiais produzidos pela Prefeitura de Belo Horizonte, como também a coleta de dados primários, por meio da elaboração de dois questionários semiestruturados aplicados a cinco gestores e cinco profissionais que atuam junto à população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que, embora tenha existido uma transição do assistencialismo para a garantia de direitos, existem limitações na incorporação das especificidades de gênero nas políticas implementadas, especialmente diante de vulnerabilidades relacionadas à violência sexual, à maternidade e às condições de higiene menstrual. Os achados também apontaram desafios na articulação intersetorial, na aproximação entre a formulação das políticas e as demandas identificadas no território e na participação das usuárias nos processos decisórios. Concluiu-se que o enfrentamento da situação de rua entre mulheres requer o fortalecimento de políticas intersetoriais que articulem proteção social, habitação, geração de renda e escuta qualificada, de modo a ampliar a garantia de direitos, a autonomia e as possibilidades de superação da situação de rua.

**Palavras-chave:** Mulheres. População em situação de rua. Políticas Públicas.

## **1. INTRODUÇÃO**

A sociedade contemporânea convive com diferentes manifestações da questão social que acirraram devido aos efeitos da globalização e, entre esses, a realidade da população em situação de rua, principalmente nos grandes centros urbanos (IAMAMOTO, 2015). Esse fenômeno tem se apresentado de forma a ser compreendida como uma problemática de significativa relevância, requerendo um esforço do poder público em promover políticas públicas que possam reconhecer essas pessoas como cidadãos, proporcionar condições de superação e assegurar os seus direitos constitucionais (BRASIL, 2009).

Segundo Natalino (2020), o número de pessoas em situação de rua no Brasil aumentou

em 140% entre 2012 a março de 2020, somando quase 222 mil pessoas nessa condição. Ainda de acordo com o autor, dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico) indicam que, em 2019, 81,5% dessa população encontrava-se em municípios com mais de 100 mil habitantes.

Nesta perspectiva, sobre a questão social podemos afirmar que:

não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

De acordo com o Programa Transdisciplinar Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG,2021), com base em dados do CADÚnico, o quantitativo da população em situação de rua em Minas Gerais é aproximado de 19 mil pessoas, sendo que cerca da metade vive na capital mineira. O levantamento ainda reforça que 70% dessa população está concentrada em 12 municípios do estado.

Em relação ao modo de permanência nas ruas, verificou-se que os homens vivem mais sozinhos e as mulheres tendem a estar em grupos, o que evidencia, ao certo, o indicativo de maior vulnerabilidade/exposição às violências sofridas pelo sexo feminino, que se agrupam para se sentirem mais seguras (NATALINO,2024).

Conforme retratado por Leal et. al (2020) sobre as pessoas com trajetória de vida nas ruas, existe atualmente uma parcela crescente formada pelo sexo feminino, que por condições relacionadas ao gênero, vivenciam a realidade de maneira ainda mais vulnerável em comparação aos homens e estão expostas a diferentes tipos de violência, o que corrobora para aumentar os riscos sociais e a invisibilidade para o Estado e para a sociedade.

Neste sentido, é sabido que a produção de políticas públicas requer o conhecimento do Estado em relação às dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua, a fim de que o ordenamento normativo, de fato, constitua um direito social alcançável para as minorias. Assim, a contemplação de estudos acadêmicos que possam contribuir com a melhora dos marcos regulatórios que possibilitam a institucionalização e execução de políticas públicas que assegurem a dignidade da pessoa humana das mulheres em situação de rua torna-se necessária e relevante, de modo a possibilitar o restabelecimento da convivência familiar e comunitária, contribuir para o processo de saída das ruas e desenvolvimento de autonomia.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo realizar uma análise

crítica das políticas públicas implementadas no município de Belo Horizonte/MG que, direta ou indiretamente, contemplam as mulheres com trajetória de vida nas ruas, considerando os marcos normativos e as percepções de profissionais e gestores envolvidos na formulação e implementação dessas políticas.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 População em situação de rua e a evolução do ordenamento jurídico para este público

Entende-se por população em situação de rua, de acordo com o art. 1º do Decreto nº 7053/2009:

grupo populacional **heterogêneo** que possui em comum a **pobreza extrema**, os **vínculos familiares interrompidos** ou **fragilizados** e a **inexistência de moradia convencional regular**, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (grifo nosso)

Em um dos aspectos que caracterizam a população em situação de rua, destaca-se a heterogeneidade desse grupo, uma vez que na sociedade contemporânea podem haver diferentes públicos que estão incluídos neste contexto, como migrantes, catadores recicláveis, trecheiros, desabrigados, profissionais do sexo, entre outros. Assim, essas diferenciações são importantes para entender a dinâmica social por trás do fenômeno de situação de rua. Ressalta-se, ainda, que esses cidadãos podem apresentar diferentes formas de permanência nos logradouros públicos vivendo sozinhos, em grupos ou em famílias (BRASIL, 2008 e SILVA, 2009).

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada entre os anos 2007 e 2008, o ingresso na vivência de rua é um fenômeno multicausal, motivado sobretudo pelo abuso de álcool e outras drogas (35,5%), pelo desemprego (29,8%) e por conflitos nas relações familiares primárias (29,1%). A interconexão entre essas vulnerabilidades é evidenciada pelo fato de que 71,3% dos entrevistados apontaram ao menos um desses três fatores determinantes (BRASIL, 2008).

Adicionalmente, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome aponta um perfil predominantemente masculino (82%), composto por adultos entre 25 e 44 anos (53%) e com

forte representação de pretos e pardos. A pesquisa também evidenciou que a exclusão social é agravada por extrema vulnerabilidade econômica, com 52,6% dos indivíduos sobrevivendo com rendimentos entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais (BRASIL, 2008)

Desta forma, a situação de rua configura-se como uma violação de direitos humanos. Na atualidade, é possível analisar que existem condicionantes sociais que direcionam a população com vulnerabilidades à trajetória de vida nas ruas. Observa-se que, de maneira ativa ou passiva, as políticas públicas acabam por reforçar ou não solucionar a problemática, contribuindo para a manutenção das situações de exclusão social, em desacordo com os princípios previstos nas normativas nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos. (BRASIL, 1988; BRASIL, 2009; SILVA, 2009).

Conforme destaca Obst (2012), no Brasil, desde a década de 90, vem crescendo uma preocupação pública e de gestores institucionais acerca do que, popularmente, foi chamado por muito tempo de “morador de rua” e que na atualidade, no repertório apresentado das políticas públicas brasileiras, conhecemos por “pessoas em situação de rua”. Com o intuito de melhor compreendermos a evolução dos direitos voltados para esta população, faz-se necessário resgatar a trajetória deste segmento na luta pela efetivação dos seus direitos.

Para Barbosa (2018), historicamente, a atuação do Estado em relação à população de rua é marcada pela repressão e controle, sendo comuns atos higienistas e de segregação. O autor ainda revela que, no período colonial, tem-se a edição de normativas impondo repressão aos vadios, o que ocorreu diversas vezes no decorrer do século XX. Em meados dos anos 2000, houve uma ruptura no modo como o poder público se relaciona com esse público, já que este passou a incluí-lo em suas políticas públicas e a formular iniciativas objetivando a sua inclusão social.

Segundo Costa (2020), foi a partir do “Massacre da Praça da Sé”, ocorrido em São Paulo, no ano de 2004, em que pessoas em situação de rua foram assassinadas a golpes na capela, que essa população, até então invisível aos olhos da administração pública e da sociedade, alcançou certa visibilidade mediante a forte comoção social. Essa tragédia é considerada um marco histórico, pois, após o ocorrido, o poder público passou a tratar as pessoas que desenvolvem a vivência nas ruas como sujeitos de direitos.

Santos (2011) destaca que, em 2005, o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua oportunizou a construção coletiva e de corresponsabilidades. O encontro teve por objetivo discutir os desafios, estratégias, contribuir para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas e conhecer as principais demandas direcionadas ao Estado pelas entidades representantes das pessoas com trajetória de vida nas ruas.

Conforme disposto nas Orientações Técnicas - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Brasil, 2011, p. 15), a partir disso:

As instituições de apoio e ajuda à população em situação de rua direcionam-se para a afirmação do acesso desta população ao direito humano à vida e à dignidade. Estas instituições buscaram, ainda, superar o caráter assistencialista e repressor da ação junto às pessoas em situação de rua com a introdução, no trabalho cotidiano, de um novo trato metodológico que priorizava a organização e o protagonismo como instrumento de resgate de direitos de cidadania das pessoas em situação de rua. Foi pela ação das Pastorais do Povo de Rua que essa população passou a ocupar novos espaços públicos, de forma organizada, para reivindicar melhores condições de vida.

Adicionalmente, no ano de 1985, deu-se início ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua — MNMMR. Na mesma direção, a Pastoral do Menor realizou, de 1981 a 1992, a Semana Ecomênica do Menor, que reuniu aproximadamente mil participantes na defesa dos "meninos de rua". As instituições de apoio e ajuda às pessoas que desenvolvem a vivência nas ruas direcionam-se para a afirmação do acesso desta população ao direito humano à vida e à dignidade. Vale destacar que essas instituições buscaram superar o caráter assistencialista e repressor da ação junto às pessoas deste segmento, introduzindo no trabalho cotidiano um novo trato metodológico que priorizava o resgate de direitos de cidadania. Foi pela ação das Pastorais do Povo de Rua que essa população passou a ocupar novos espaços públicos, de forma organizada, para reivindicar melhores condições de vida (SILVA, 2009).

Com base nas contribuições de Costa (2020), é possível distinguir os termos assistencialismo e assistência social. O assistencialismo nos refere a um favor concedido a alguém que não gozem de determinado direito, porém, por bondade, lhe concede determinado benefício, favorecendo uma cultura da inexistência de direitos, na qual o ajudante se coloca numa posição de superioridade no que tange à relação com o ajudado. Por outro lado, a assistência social constitui políticas públicas, necessárias e não facultativas, direcionadas para cidadãos possuidores do direito amparados pelo Estado para que possam atingir as condições necessárias para uma vida digna.

Desta forma, observa-se que, após o período de redemocratização, o Brasil iniciou um processo gradual de reconhecimento da população em situação de rua como sujeito de direitos. Nesse contexto, os movimentos sociais, impulsionados pelo “Massacre da Sé” e pelas ações de defesa de direitos promovidas pelas Pastorais do Povo de Rua, impulsionaram avanços na construção do ordenamento jurídico e das políticas públicas destinadas a esse segmento. Considerando que este projeto de pesquisa tem por objetivo investigar a criação e execução de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua, torna-se necessário compreender os seus significados e os papéis historicamente atribuídos às mulheres na

sociedade (SILVA, 2009; BRASIL, 2009).

## **2.2 Mulheres e políticas públicas para pessoas com trajetória de vida nas ruas em Belo Horizonte/MG**

Para Amaral et al. (2008), as políticas públicas podem ser compreendidas como a totalidade de ações, metas e planos que os governos em seus diferentes níveis elaboram para atingir o bem-estar da sociedade e o interesse público. Nesta perspectiva, os autores ainda corroboram que as ações acatadas pelos dirigentes públicos tendem a ser aquelas que eles — os governantes ou tomadores de decisões — entendem serem as demandas reais ou expectativas da sociedade como um todo. Assim, é sabido que as minorias sociais, historicamente, sofrem com políticas ineficientes e, tomando como base a população de rua no Brasil, por muitos anos sequer houve por parte do Estado a preocupação em elaborar estratégias capazes de propiciar condições de vida dignas a este grupo.

No município de Belo Horizonte/MG, o fenômeno da situação de rua tem se configurado como uma demanda persistente para o poder público municipal, e nos últimos anos exigiu do poder público formular novas respostas à manifestação da questão social. Deste modo, em um estudo realizado por Temponi (2020), evidenciou-se que 70% das pessoas que vivem nas ruas da capital mineira tem como principal ponto de permanência a região Centro-Sul. Destaca-se que as ações socioassistenciais são ofertadas atualmente, in loco, pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), nas nove regiões administrativas do município, com atendimento direcionado à população em situação de rua, além da atuação na identificação do trabalho infantil e exploração sexual.

Neste sentido, Ferreira (2005) destaca que Belo Horizonte/MG possui uma trajetória importante no desenvolvimento de pesquisas e ações voltadas à população em situação de rua. Entre os anos de 1997 e 1998, foram ampliadas as discussões entre a Pastoral de Rua da Igreja Católica, profissionais da área social da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Fórum de População de Rua e demais órgãos de defesa destes usuários. Assim, o primeiro censo realizado em 2005 procurou abranger todo o município, incluindo a aplicação de questionários, tanto para as pessoas como para as instituições públicas, privadas e não governamentais que prestavam atendimento a esta população.

Conforme Caetano (2020), dados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico) apontam que, até o ano de 2020, as mulheres representavam 17% da população em situação de rua em Belo Horizonte. Observou-se um crescimento

expressivo desse grupo quando comparado ao ano de 2015, com aumento de 242% no período. Entre essas mulheres, 69% encontravam-se na faixa etária entre 25 a 49 anos. Adicionalmente, segundo informações da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), em 2020 havia na capital 16 unidades de acolhimento destinadas à população em situação de rua, sendo três delas direcionadas exclusivamente ao público feminino.

Assim, conforme as contribuições de Carvalho (2019), as mulheres em situação de rua trazem consigo trajetórias marcadas por processos de exclusão e desvalorização econômica e social, fatores que afetam diretamente o desenvolvimento de suas vidas. Historicamente, essas mulheres vivenciam situações de invisibilização, discriminação, violência e desigualdade de gênero, decorrentes de estruturas sociais que contribuem para a sua desvalorização. Nesse sentido, a autora pontua que a relação de gênero presente no contexto das ruas pouco se difere das vivenciadas pelas mulheres da sociedade em geral, sendo que, em situação de rua, tendem a procurar conviver em grupos ou estabelecer vínculos com parceiros como forma de proteção.

Diante dessa realidade, buscou-se identificar, em documentos oficiais do município de Belo Horizonte/MG, as diretrizes e ações previstas para a população em situação de rua. Conforme o Plano Municipal de Saúde 2018–2021, uma das metas estabelecidas consistia na implementação da política intersetorial voltada para a população em situação de rua e a criação de dois novos Consultórios de Rua. Além disso, de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social, o Programa Municipal Bolsa Moradia concedeu, em 2018, auxílio mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais a 290 beneficiários para subsidiar a locação de imóvel, em parceria com a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL).

Ainda em relação à condução da política de assistência social no município, destaca-se a proposta de ampliar o número de vagas disponibilizadas no Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) na modalidade abrigo para pessoa em situação de rua em caso de pós-alta hospitalar, bem como fomentar a articulação entre a política de trabalho e moradia para esse segmento. Nesse contexto, foi criado o Programa Municipal Estamos Juntos, instituído pelo Decreto Nº 11.149, de 08 de janeiro de 2019, com o objetivo de promover a inserção produtiva dessa população. Todavia, segundo a documentação consultada, suas ações foram posteriormente descontinuadas, deixando de receber novos encaminhamentos.

Para Carvalho (2019), a implementação das políticas públicas sociais desenvolve-se de maneira lenta e, muitas vezes, produz resultados pouco significativos na vida dos cidadãos,

sendo práticas comuns do Estado ações de caráter emergencial. Observa-se que, com a criação de diferentes marcos normativos no país, especialmente nos grandes centros urbanos, o poder público passou a instituir mecanismos voltados para a população em situação de rua e, em alguns casos, leis e decretos específicos destinados às mulheres que desenvolvem a vivência nas ruas.

Diante do exposto, verifica-se que, ao longo dos anos, a administração municipal de Belo Horizonte/MG implementou políticas públicas voltadas a pessoas em situação de rua e, em alguns casos, instituiu normativas e ações que contemplam, direta ou indiretamente, as mulheres com trajetória de vida nas ruas.

Contudo, a literatura consultada evidencia que esse segmento ainda enfrenta importantes desafios relacionados à efetivação de direitos, à ampliação da autonomia e à melhoria das condições de vida, reforçando a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas a essa população (CARVALHO, 2019; SILVA, 2009).

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória e fundamenta-se na abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória permite maior entendimento do problema, de modo a torná-lo mais compreensível ou a formular hipóteses. Para o autor, estas pesquisas têm como principal objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Na primeira etapa foi realizado um levantamento bibliográfico e documental acerca das políticas públicas, leis, decretos, planos e programas relacionados à população em situação de rua e, especificamente, às mulheres com trajetória de vida nas ruas.

Na segunda etapa foram estruturados dois questionários específicos para coleta de dados, sendo o primeiro direcionado aos profissionais que atuam diretamente com mulheres que possuem trajetória de vida nas ruas e o segundo para gestores das políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Os questionários foram elaborados de forma semiestruturada, utilizando-se a plataforma do Google Forms. Os instrumentos foram elaborados com o propósito de compreender, sob diferentes perspectivas, a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas voltadas às mulheres com trajetória de vida nas ruas no município de Belo Horizonte/MG, considerando, de um lado, a percepção de gestores públicos e, de outro, a experiência de profissionais que atuam diretamente no

atendimento a esse público.

A escolha dos participantes obedeceu aos seguintes critérios: a) atuação na política de assistência social de Belo Horizonte/MG, em serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade, junto público pesquisado por um período mínimo de seis meses. b) possuir vínculo profissional com a Prefeitura de Belo Horizonte ou com Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Estabeleceu-se uma amostragem intencional, composta por 10 participantes, sendo cinco gestores e cinco profissionais. Os participantes foram convidados por meio de mensagem encaminhada por e-mail, após contato prévio com os potenciais participantes.

Na terceira etapa, realizou-se a aplicação dos questionários aos participantes. Na quarta etapa, as respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo, conforme os procedimentos propostos por Bardin (1977). Inicialmente, foi realizada a organização e leitura do material empírico; posteriormente, procedeu-se à identificação e agrupamento dos conteúdos, possibilitando a construção das categorias temáticas. As categorias foram posteriormente articuladas ao referencial teórico e aos resultados do levantamento bibliográfico e documental.

Destaca-se que, quanto aos aspectos éticos, os autores informam que o estudo foi enquadrado nas hipóteses de dispensa de apreciação ética previstas na Resolução CNS nº 510/2016, considerando suas características e objetivos, bem como a forma de participação dos sujeitos e o tratamento dos dados coletados.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Percepções dos profissionais que atuam diretamente com mulheres em situação de rua**

A proposta abaixo organiza as percepções dos profissionais a partir do processo de categorização das respostas, destacando as principais dimensões que configuram a realidade vivenciada por mulheres em situação de rua. A estrutura divide-se em categorias analíticas, subcategorias e os respectivos trechos obtidos das respostas, acompanhados da frequência. Essa sistematização serviu como base para as análises detalhadas a seguir.

Quadro 3 – Categoria: vulnerabilidades

| <b>SUBCATEGORIA</b>                                   | <b>TRECHOS DO TEXTO</b>                                                 |
|-------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| Ruptura de vínculos, fragilidade das relações sociais | “Fragilidade de vínculos sociais” (1x)                                  |
| Exposição à violência                                 | “Exposição a violência”; “território de medo e predação constante” (2x) |

|                                  |                                                                                                          |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Violências específicas de gênero | “Violência sexual, exploração e relações abusivas” (1x)                                                  |
| Estratégias de sobrevivência     | “estabelecer vínculos com parceiros como estratégia de sobrevivência” (3x)                               |
| Estigmatização e Maternidade     | “julgamentos morais intensos e constante risco de perda da guarda dos filhos” (1x)                       |
| Interseccionalidade              | “Mulheres negras e pessoas trans enfrentam níveis ainda mais elevados de discriminação e violência” (1x) |
| Agravamento da exclusão social   | “As situações agravam e complexifica a vulnerabilidade já imposta pela falta de moradia” (1x)            |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise do conteúdo revela que as mulheres em situação de rua vivenciam múltiplas formas de opressão, expressas na articulação entre gênero, raça, classe e identidade de gênero. Neste contexto, existem relatos de maior exposição à violência em comparação aos homens, dentre elas a de cunho sexual, além de discriminações agravadas no caso de mulheres negras e pessoas trans.

Para compreensão deste fenômeno, Borges (2025) afirma que a mulher preta em situação de rua é um problema social complexo resultado de desigualdades históricas, raciais e de gênero. A interseccionalidade desses fatores expõe uma realidade na qual a cidadania plena é negada; e o respeito a essas mulheres é frequentemente esquecido. Historicamente, desde a escravidão, essas mulheres ocupam status inferior na sociedade, pois com o processo de urbanização muitas foram empurradas para as margens das cidades, enfrentando dificuldades econômicas extremas que as colocam em situação de rua.

Adicionalmente, os profissionais demonstram que as mulheres em situação de rua tendem a estabelecer vínculos com parceiros como estratégia de sobrevivência. Nessa perspectiva, Silva et al. (2017) corroboram que é costumeiro elas processarem esses vínculos em busca de proteção, afetividade e satisfação sexual; quando isso não ocorre, é comum oferecerem a relação sexual em troca de proteção. Tal dinâmica, embora se configure como uma tática de resistência nas ruas, evidencia também perda de autonomia e representa descontinuidade em ter o direito a realizar escolhas que possam possibilitar a aquisição de novos projetos de vida.

No que tange à maternidade, sob apreensão dos participantes é comum perante a sociedade ações de estigmatização, com a presença de julgamentos morais intensos e constante risco de perda da guarda dos filhos. Tais achados dialogam diretamente com o conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), que evidencia como diferentes sistemas de opressão atuam de forma simultânea na produção de desigualdades específicas.

Quadro 4 – Categoria: avaliação das políticas públicas.

| SUBCATEGORIA                                                             | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Insuficiência das ações frente ao aumento de demanda                     | “ainda é insuficiente devido ao crescimento da população em situação de rua” (2X)                                                                                                                                                                                                                                             |
| Persistência de obstáculos estruturais                                   | “obstáculos históricos como falta de moradia digna, trabalho formal, inclusão social” (1x)                                                                                                                                                                                                                                    |
| Limites da assistência social e necessidade de articulação intersetorial | “A política pública que possui mais ofertas para a população em situação de rua é a da assistência social, SUAS, mas são insuficientes para dar conta do público, porque se faz necessário que haja diálogo intersetorial para que outras políticas públicas como moradia, emprego e renda, saúde, educação, judiciário” (1x) |
| Necessidade de escuta qualificada nas políticas públicas                 | “necessidade de pensar as políticas públicas que ofereçam escuta clínica para promover a fala desses sujeitos” (1x)                                                                                                                                                                                                           |
| Insuficiência no acesso à segurança alimentar                            | “os restaurantes populares da rede não atendem nos três turnos (manhã, tarde, noite), o que compromete a garantia das três refeições diárias essenciais” (2x)                                                                                                                                                                 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise das políticas públicas voltadas à população em situação de rua, com foco particular no cenário de Belo Horizonte/MG, demonstra um descompasso estrutural entre a oferta institucional e a complexidade da demanda. Embora a assistência social, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), figure como a principal rede de suporte, os dados indicam que as ações permanecem insuficientes frente ao crescimento acelerado desse contingente populacional, pois o fenômeno supera a capacidade de resposta de uma única política pública de forma isolada.

Os dados corroboram a tese de que a superação da situação de rua exige um diálogo fluido com as demais pastas. Diante disso, a inexistência de integração das políticas públicas gera intervenções paliativas. Para além disso, os participantes destacam a urgência de uma escuta qualificada e clínica; as políticas públicas devem transcender o assistencialismo material para promover espaços de subjetivação, permitindo que esses sujeitos ocupem um lugar de fala e protagonismo em suas trajetórias de saída das ruas. Segundo os participantes, a operação descontínua dos restaurantes populares, que não cobrem os três turnos diários, representa uma violação direta do direito à alimentação adequada, comprometendo a saúde física e a dignidade dos usuários.

Quadro 5 – Categoria: participação de atores sociais na elaboração das políticas públicas direcionadas às mulheres.

| SUBCATEGORIA                                               | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participação parcial de usuárias, profissionais e gestores | “foram elaboradas apenas parcialmente a partir das contribuições e percepções dos usuários, profissionais e gestores” (1x)                                                                                            |
| Ausência de escuta sensível e qualificada                  | “a ausência de uma escuta sensível e qualificada, especialmente em relação aos usuários dos serviços” (1x)                                                                                                            |
| Limitações da participação social                          | “A participação social formal está prevista nos marcos legais, no entanto, a prática revela que as instâncias de participação, quando existem, muitas vezes se tornam espaços burocráticos que não conseguem captar a |

|                                                          |                                                                                                                                                                       |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                          | complexidade das demandas e dificuldades reais enfrentadas por quem vive nas ruas” (1x)                                                                               |
| Distanciamento entre gestão e realidade dos serviços     | “Outro aspecto central é o distanciamento dos gestores em relação à realidade concreta dos serviços” (1x)                                                             |
| Desconexão entre formulação e necessidades do território | “A distância entre o gabinete e o território faz com que as decisões, muitas vezes bem-intencionadas, cheguem defasadas ou desconectadas das necessidades reais” (1x) |
| Centralidade das usuárias na construção das políticas    | “As contribuições foram voltadas totalmente para as usuárias, junto às políticas públicas de forma cuidadosa dos profissionais e gestores” (1x)                       |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise evidencia que a participação das mulheres em situação de rua na construção das políticas públicas ocorre de forma limitada e, muitas vezes, apenas formal. Embora os gestores reconheçam a existência de espaços de diálogo, admitem que tais iniciativas ainda são insuficientes para garantir o protagonismo efetivo dessas mulheres. Por sua vez, os profissionais aprofundam essa crítica ao apontarem a ausência de escuta qualificada no município, o distanciamento entre gestão e território e a burocratização dos espaços participativos.

À luz do referencial teórico, essa realidade revela uma contradição com o princípio da dignidade da pessoa humana, especialmente na perspectiva de Sarlet (2015), que compreende a dignidade como elemento indissociável da autonomia e da participação ativa dos sujeitos na condução de suas próprias vidas. A limitação da participação social, portanto, configura não apenas uma falha administrativa, mas uma violação simbólica e material desse princípio, ao restringir a possibilidade de construção coletiva de alternativas que impactam diretamente esse grupo social. Neste sentido, possibilitar a participação da população em situação de rua em meios decisórios, considerando as especificidades deste grupo populacional, torna-se uma estratégia necessária, a fim de que o poder público e a sociedade como um todo possam tomar conhecimento sobre a realidade vivenciada pelos cidadãos.

Quadro 6 – Categoria: ações que devem ser realizadas pelo poder público em relação às mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                                          | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Articulação intersetorial com foco em proteção, dignidade e autonomia | “ação intersetorial e contínua, que incorpore proteção, dignidade, respeito e promoção de autonomia. (2X)                                                                                                                                                                                                   |
| Qualificação da execução das políticas e do atendimento               | “os compromissos precisam ser efetivamente operacionalizados, com equipe qualificada, atendimento humanizado” (1x)                                                                                                                                                                                          |
| Incorporação da perspectiva interseccional e ampliação do acesso      | “Gestores que estejam dispostos a pensar a política considerando as interseccionalidades que atravessam esse público como raça, cor, gênero. Acesso sem burocracia aos equipamentos existentes, ampliação das ofertas para que estejam em todas as regionais do município, ampliação dos equipamentos” (1x) |
| Melhoria das condições de trabalho e da estrutura dos serviços        | “Melhorar processos de trabalho e condições de trabalho (salário dos trabalhadores, equipamentos para execução do serviço, dentre outros)” (1x)                                                                                                                                                             |

|                                                                            |                                                                                                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ampliação do acolhimento e da oferta de serviços específicos para mulheres | “Ampliar acolhimento específico, garantir banheiros públicos, kits de higiene menstrual e atendimento psicológico especializado para mulheres em situação de rua” (2X) |
|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Diante desse panorama, o poder público municipal necessita implementar ações imediatas que garantam os direitos de cidadania desse público, começando pela ampliação e qualificação da rede de acolhimento específico para mulheres, especialmente aquelas com filhos. Para dois dos participantes é preciso: “ampliar o acolhimento específico, garantir banheiros públicos, kits de higiene menstrual e atendimento psicológico especializado para mulheres em situação de rua”.

A execução dessas políticas exige uma perspectiva interseccional que considere os marcadores de raça e gênero, assegurando que o acesso aos equipamentos seja desburocratizado e distribuído estrategicamente por todas as regionais do município. A qualificação das equipes, com formação continuada em direitos humanos e melhores condições de trabalho, é apontada como requisito para um atendimento humanizado e livre de discriminação.

Desta forma, subentende-se que a construção do processo de saída das ruas pressupõe o fortalecimento da autonomia das mulheres, pois ao integrar o suporte básico, incluindo a desburocratização de acesso ao serviço público e investimentos na emancipação feminina, o Estado supera a invisibilidade histórica desse grupo e garante sua proteção integral por meio de políticas públicas eficazes.

Quadro 7 – Principais demandas das mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                                               | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Avanços no atendimento de necessidades básicas                             | “O município de Belo Horizonte tem feito avanços importantes, especialmente na oferta de serviços básicos de acolhimento, cidadania e atenção social” (1x)                                                                                                                         |
| Lacunas na proteção e na oferta de serviços especializados                 | “Lacunas significativas quando se trata de: proteção contínua contra violência de gênero; infraestrutura de serviços direcionados e seguros para mulheres; cobertura adequada de saúde específica; transição para moradia estável; programas estruturados de emprego e renda” (1x) |
| Escuta qualificada e reconhecimento das especificidades                    | “Inicialmente que sejam escutadas. Elas possuem vivências diferentes, vêm de contextos diferentes e cada uma delas terá seu olhar sobre a política [...] Existe um atravessador para pensar as mulheres em situação de rua que é o racismo” (1x)                                   |
| Atendimento parcial e insuficiência da proteção institucional              | “Acesso a abrigos, embora ainda insuficientes e com problemas estruturais [...] Equipamentos majoritariamente voltados aos homens, obrigando mulheres a dividir espaços e direitos com eles” (1x)                                                                                  |
| Ausência de participação efetiva na construção das políticas               | “Ausência de políticas construídas com participação efetiva das mulheres” (1x)                                                                                                                                                                                                     |
| Acesso a cuidados em saúde e insuficiência no enfrentamento das violências | “As principais demandas atendidas são: consultas médicas, atendimento psicológico e psiquiátrico nos CERSAM.. Mas ainda está muito distante [...] demandas voltadas para as mulheres com relação a violência física e psicológica pelos seus companheiros” (1x)                    |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Ao analisarem as ações já implantadas e as lacunas ainda existentes nas políticas públicas, os profissionais reconhecem avanços na oferta de acolhimento, mas destacam dificuldades relacionadas à proteção contra a violência de gênero, à criação de espaços seguros e ao acesso à moradia. Esses aspectos mostram que, embora existam políticas voltadas a esse público, ainda há desafios para garantir um atendimento que considere as necessidades específicas das mulheres em situação de rua (Costa, 2020).

Os profissionais também demonstraram o impacto do racismo na forma como essas mulheres são atendidas pelas políticas públicas. Essa percepção se aproxima dos estudos de Borges (2025) e da perspectiva interseccional de Kimberlé Crenshaw (1989), que evidencia a relação entre raça, gênero e classe na produção das desigualdades. Além disso, a predominância de ações voltadas ao público masculino reforça a discussão de Silva et al. (2017) sobre a falta de atenção às especificidades das mulheres no contexto da rua.

Quadro 8 – Categoria: ações prioritárias para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                          | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Proteção contra a violência de gênero                 | “Proteção contra violência de gênero” (1x)                                                                                                                       |
| Moradia permanente com acompanhamento                 | “Moradia permanente com acompanhamento” (1x)                                                                                                                     |
| Atenção integral à saúde das mulheres                 | “Saúde integral com foco em traumas e maternidade”; “Atendimento médico prioritário, devido à situação ao qual a usuária se encontra no momento” (2x)            |
| Promoção da autonomia econômica                       | “Autonomia econômica” (1x)                                                                                                                                       |
| Qualificação da rede de atendimento                   | “Qualificação da rede de atendimento” (1x)                                                                                                                       |
| Participação das mulheres na construção das políticas | “Participação ativa das mulheres na construção das políticas” (1x)                                                                                               |
| Articulação intersetorial                             | “Diálogo intersetorial efetivo” (2x)                                                                                                                             |
| Ampliação do acolhimento específico para mulheres     | “Ampliar acolhimento específico com vagas exclusivamente femininas e infraestrutura digna, já que os equipamentos são majoritariamente voltados aos homens” (1x) |
| Garantia de condições básicas de dignidade e saúde    | “Garantir banheiros públicos e kits de higiene menstrual de forma contínua, respondendo à demanda por condições básicas de dignidade e saúde” (1x)               |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

As medidas apontadas pelos profissionais como prioritárias para fortalecer as políticas públicas nos próximos anos são semelhantes às indicadas pelos gestores, como a ampliação dos serviços de acolhimento institucional, a melhoria da rede intersetorial e a integração entre diferentes setores. Essa concordância reforça os resultados encontrados na pesquisa. No entanto, os profissionais destacaram com maior atenção necessidades do cotidiano das mulheres, como acesso a banheiros públicos e itens de higiene menstrual, demandas identificadas a partir do contato direto com as usuárias.

Os participantes também ressaltaram a adoção de estratégias direcionadas à proteção contra a violência de gênero e ao atendimento integral à saúde, considerando as demandas relacionadas à maternidade e a essas situações de vulnerabilidade. Neste sentido, a percepção confirma o apontamento de Tiene (2004) de que as mulheres em situação de rua enfrentam desafios específicos e precisam de políticas que considerem essas diferenças. Além disso, a defesa da autonomia econômica se aproxima de Garcia (2013), que destaca que a assistência social deve ir além do atendimento imediato, criando condições para que as pessoas desenvolvam autonomia e superem situações de vulnerabilidade.

Quadro 9 – Categoria: articulação entre poder público e sociedade civil para o desenvolvimento das políticas voltadas a mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                                     | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relações desiguais entre Estado e sociedade civil                | “Existe uma relação de imposição do poder público que é sombrio sobre a sociedade civil. O poder público trabalha para que seja mantida uma estrutura de privilégios que perpassa todas as relações e esgarçam todos os esforços que visam o êxito com esse público” (1x) |
| Ações de enfrentamento ao preconceito e ao racismo               | “campanhas permanentes de combate ao preconceito e racismo, envolvendo mídia, escolas e equipamentos públicos para desconstruir estigmas que criminalizam e invisibilizam mulheres em situação de rua, especialmente negras” (1x)                                         |
| Fortalecimento da participação social                            | “Fortalecimento dos espaços de participação social” (1x)                                                                                                                                                                                                                  |
| Parcerias para ampliação da rede de apoio                        | “Parcerias com organizações da sociedade civil para oferta de oficinas, geração de renda, acolhimento noturno e suporte psicológico, complementando a rede pública” (1x)                                                                                                  |
| Moradia assistida em parceria com organizações sociais           | “Programas de moradia assistida em parceria com ONGs, modelo que tem demonstrado resultados superiores na superação definitiva da situação de rua” (1x)                                                                                                                   |
| Estratégias conjuntas para inclusão produtiva                    | “poder público juntamente com a sociedade civil, trabalhar juntos com estratégias para na superação das vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres em situação de rua na hora de arrumar um emprego” (1x)                                                                |
| Capacitação dos profissionais para atendimento sem discriminação | “Capacitação de profissionais da saúde, assistência e segurança pública para atendimento livre de discriminação, reconhecendo as especificidades de gênero e raça” (1x)                                                                                                   |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Em relação às ações conjuntas entre o poder público e a sociedade civil, os profissionais destacaram que essa relação ainda é permeada por desigualdades. A ideia de uma “relação de imposição do poder público” mostra que os desafios não envolvem apenas a falta de recursos, mas também a forma como as decisões são tomadas e compartilhadas entre os diferentes atores envolvidos na criação e execução das políticas públicas.

Entre as propostas apresentadas, destacou-se a implantação de campanhas permanentes de combate ao preconceito e ao racismo, especialmente diante da realidade das mulheres negras em situação de rua. Essa discussão se relaciona à perspectiva da interseccionalidade de Collins e Bilge (2021), que considera a influência conjunta das desigualdades de raça, gênero e classe. Os profissionais também defenderam o fortalecimento

da participação social e das parcerias com organizações da sociedade civil para ações como oficinas, geração de renda, acolhimento e apoio psicológico, entendendo que essas iniciativas devem complementar, e não substituir, a atuação do Estado.

Além disso, foi ressaltada a importância de programas de moradia assistida em parceria com organizações não governamentais como uma estratégia para favorecer a superação da situação de rua. Essa proposta se aproxima da discussão de Costa (2020), que diferencia assistência social de assistencialismo, destacando que as políticas públicas devem promover autonomia e não apenas oferecer respostas pontuais. Dessa forma, ações de inclusão produtiva, capacitação dos profissionais e fortalecimento da articulação entre Estado e sociedade civil são fundamentais para construir políticas mais permanentes e adequadas às especificidades de gênero e raça das mulheres em situação de rua (Ribeiro, 2017).

Quadro 10 – Categoria: contribuições e limites da articulação intersetorial na percepção dos profissionais.

| SUBCATEGORIA                                                         | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                           |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Protocolos, fluxos e equipes multidisciplinares                      | “A chave para o sucesso está em protocolos claros, equipes multidisciplinares, fluxos de comunicação entre setores e participação das próprias mulheres na construção e monitoramento das políticas públicas” (1x)                                         |
| Diálogo intersetorial como condição de efetividade                   | “O diálogo intersetorial é imprescindível para que haja êxito na superação da situação de rua. É preciso existir articulação intersetorial a partir dos secretários municipais, para que seja efetivo e chegue na ponta, onde a política é executada” (3x) |
| Superação da fragilidade da articulação e oferta de cuidado integral | “Uma articulação intersetorial efetiva é fundamental para superar a fragmentação das políticas e ofertar cuidado integral, porém, na prática, a fragilidade dessa conexão ainda limita a resolutividade das ações” (1x)                                    |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A articulação intersetorial emergiu como um fator essencial para a resolutividade das políticas públicas direcionadas às mulheres em situação de rua. Os participantes enfatizaram a urgência em otimizar a comunicação entre as redes de atendimento, instituir protocolos unificados de atuação e assegurar o protagonismo desse público no monitoramento das ações desenvolvidas. Esse panorama ratifica a urgência de um modelo de gestão integrado que rompa com a fragmentação dos serviços.

Além disso, apontaram como desafios a rotatividade de trabalhadores nas organizações da sociedade civil e a falta de recursos financeiros, problema agravado após a pandemia da Covid-19. Outro destaque foi a importância da cultura e da arte-educação como estratégias de transformação social, criando espaços de escuta, expressão e reconstrução de identidades marcadas pela violência e exclusão. Essa perspectiva se relaciona ao conceito de dignidade da pessoa humana de Sarlet (2001), que envolve não apenas a proteção dos indivíduos, mas também a criação de condições para o desenvolvimento da autonomia e a

construção de novos projetos de vida.

#### 4.2 Percepções dos gestores das políticas voltadas à população em situação de rua

A proposta abaixo organiza as percepções dos gestores entrevistados, responsáveis pela condução e operacionalização da política de assistência social voltada à população em situação de rua no município de Belo Horizonte/MG. Assim como na análise dos profissionais, a análise dos relatos viabilizou a estruturação de eixos e subcategorias analíticas, que expressam a visão dos gestores sobre a formulação, a implementação e os limites das políticas públicas direcionadas às mulheres com trajetória de vida nas ruas.

Quadro 11 – Categoria: participação de atores sociais na elaboração das políticas públicas direcionadas às mulheres.

| SUBCATEGORIA                                                     | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participação limitada de usuárias e demais atores sociais        | “A implementação dessas estratégias contou com debates anteriores com a gestão pública, as gestões dos serviços, trabalhadores e usuárias, apesar de ainda fazer necessário mais diálogos para qualificar essas ofertas”; “a estruturação conta com pouca ou nenhuma participação efetiva do público alvo” (2x) |
| Institucionalização recente da política de assistência social    | “A Política de Assistência Social constitui-se como política pública relativamente recente no ordenamento jurídico brasileiro, tendo como marco fundamental a Constituição Federal de 1988” (1x)                                                                                                                |
| Limites ao protagonismo das mulheres na construção das políticas | “Embora existam avanços nas perspectivas participativas, ainda há desafios para assegurar que as mulheres em situação de rua sejam protagonistas efetivas na construção das políticas que impactam diretamente suas vidas” (1x)                                                                                 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Na visão dos gestores, a elaboração das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua envolve a participação da gestão, dos serviços, dos profissionais e das próprias usuárias. Entretanto, reconhecem que esse processo ocorre de forma limitada e insuficiente para garantir uma construção coletiva das ações. A constatação do restrito protagonismo feminino nesse cenário evidencia uma autocrítica institucional e tensiona o distanciamento persistente entre as instâncias de planejamento e a realidade vivenciada nos territórios.

Adicionalmente, os participantes também relacionam essa limitação ao marco histórico da política de assistência social no Brasil, que ganhou maior fortalecimento institucional a partir da Constituição Federal de 1988. Esse contexto ajuda a compreender os desafios ainda presentes na consolidação dos espaços de participação social. Para Sarlet (2001), a dignidade da pessoa humana não está relacionada apenas à proteção contra violações, mas também ao direito de participar das decisões que envolvem a própria vida.

Assim, é notório que a baixa participação das mulheres na construção das políticas direcionadas a elas ainda representa um obstáculo para a efetivação desse princípio.

Essa discussão também se aproxima de Amaral e Lopes (2008), que destacam que as políticas públicas podem refletir mais a interpretação dos gestores sobre as necessidades da população do que as demandas reais dos grupos atendidos. Os relatos dos gestores confirmam essa dificuldade ao reconhecerem que a escuta e a participação das mulheres ainda são insuficientes, mantendo uma distância entre a gestão pública e a realidade vivenciada por esse público.

Quadro 12 – Categoria: ações e estratégias na articulação entre o poder público e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

| SUBCATEGORIA                                            | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Articulação para acesso às políticas públicas setoriais | “Encaminhamentos para rede socioassistencial e articulação com as demais políticas, como a saúde e habitação. No campo das estratégias, o serviço atua também promovendo as ações temáticas para ampliar a escuta as principais demandas dessas mulheres” (2x) |
| Criação de espaços institucionais de escuta qualificada | “Articulação entre o poder público e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), especialmente a partir da criação de espaços institucionais de diálogo e escuta qualificada voltados a esse público” (1x)                                                      |
| Ampliação da rede de acolhimento                        | “Uma vez que o público feminino nas ruas vem aumentando a cada ano no município, tem sido necessário abertura de novas unidades de acolhimento, realização de atendimento e encaminhamentos com objetivo de superação da trajetória de vidas nas ruas” (1x)    |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Em relação à parceria entre o poder público municipal e as organizações da sociedade civil, os entrevistados destacaram os encaminhamentos para a rede socioassistencial e a criação de espaços de diálogo como principais estratégias de atuação. Esse resultado reforça a importância histórica da participação da sociedade civil, como a atuação das Pastorais do Povo de Rua e de outros movimentos sociais, na defesa dos direitos da população em situação de rua e na busca por melhores condições de vida (Brasil, 2011).

No entanto, o aumento do número de mulheres em situação de rua no município tem exigido a criação de novas unidades de acolhimento como resposta imediata. Essa situação confirma a percepção dos profissionais de que a rede de serviços ainda não é suficiente para atender às demandas existentes. Segundo Garcia (2013), oferecer alimentação e abrigo representa apenas as condições básicas da dignidade humana. Portanto, apesar da ampliação de vagas ser necessária, ela não é suficiente para enfrentar todas as vulnerabilidades presentes na vida dessas mulheres.

Quadro 13 – Categoria: articulação intersetorial para superação das vulnerabilidades das mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                                   | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Incentivo à geração de renda                                   | “Criar espaços educativos e de geração de renda que auxiliem na construção de novos projetos de vida, na autonomia e protagonismo da luta dessas mulheres” (1x)                                                                                                                                                                                          |
| Espaços educativos para enfrentamento das violências de gênero | “Criar estratégias educativas para trabalhar a questão do machismo estrutural dos companheiros contribuindo para o enfrentamento as violências de gênero” (1x)                                                                                                                                                                                           |
| Diálogo contínuo entre gestão e equipes da ponta               | “O diálogo permanente entre as equipes que atuam diretamente nos territórios e a gestão dos serviços socioassistenciais, bem como com a Secretaria responsável” (1x)                                                                                                                                                                                     |
| Escuta qualificada e participação das mulheres                 | “a promoção de espaços de escuta, bem como a realização de atividades socioeducativas, artísticas, seminários e colóquios temáticos, configuram-se como instrumentos estruturantes para a construção e o aprimoramento de políticas públicas direcionadas a esse público específico, fortalecendo a participação social e a efetivação de direitos” (2x) |
| Integralidade das políticas públicas                           | “Podemos pensar em acolhimento especializado, políticas de moradia, atendimento integrado (saúde, educação, saúde mental, jurídico e enfrentamento à violência de gênero) seriam passos importantes” (1x)                                                                                                                                                |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Para os gestores, enfrentar as vulnerabilidades das mulheres em situação de rua exige ações que envolvam geração de renda, combate à violência de gênero e atendimento integral. Eles também ressaltam a importância de espaços educativos que contribuam para a construção de novos projetos de vida, fortalecendo a autonomia e a participação dessas mulheres. Essa compreensão se aproxima de Sarlet (2001), que relaciona a dignidade da pessoa humana à garantia de condições para que os indivíduos possam conduzir suas próprias vidas e participar das decisões que envolvem seu futuro.

Neste sentido, também foi destacada a importância de ações educativas voltadas ao enfrentamento do machismo estrutural. Ao incluir a transformação dos comportamentos masculinos nesse debate, as estratégias deixam de focar apenas nas mulheres vítimas de violência e passam a considerar as relações sociais que contribuem para a manutenção desse problema. Essa perspectiva dialoga com Silva et al. (2017), que aponta que as mulheres em situação de rua enfrentam relações marcadas pelo sexismo e por desigualdades de poder em um contexto ainda predominantemente masculino.

Além disso, os gestores reforçaram a necessidade de manter uma comunicação constante entre as equipes que atuam nos territórios e a gestão dos serviços. Também destacaram a importância da integração entre as políticas de saúde, moradia, educação e enfrentamento à violência de gênero. Esses resultados reforçam que a efetividade das políticas públicas depende de uma maior aproximação entre a gestão e a realidade vivida pelas mulheres em situação de rua, além de uma atuação conjunta entre os diferentes setores envolvidos.

Quadro 14 – Categoria: ações prioritárias e imediatas do poder público em relação às mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                                     | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Qualificação e ampliação dos serviços socioassistenciais         | “Qualificar e ampliar as ofertas existentes, garantindo equipes completas e capacitadas com formação continuada em gênero, raça e direitos humanos” (1x)                                                                                                                                                       |
| Ampliação de vagas em unidades de acolhimento para mulheres      | “Ampliação de vagas em unidades de acolhimento específicas para mulheres, especialmente com filhos” (4x)                                                                                                                                                                                                       |
| Qualificação profissional e autonomia econômica                  | “Oficinas permanentes de formação profissional e economia solidária; parcerias com cooperativas e empreendimentos sociais; programas de qualificação com bolsas incentivo; projetos de arte-educação e socioeducação como ferramenta de reconstrução de identidade, autoestima, autonomia e protagonismo” (2x) |
| Expansão dos serviços socioassistenciais em regiões estratégicas | “A expansão e a distribuição estratégica desses equipamentos mostram-se medidas essenciais para garantir acolhimento adequado, fortalecimento de vínculos e efetivação de direitos às mulheres em situação de vulnerabilidade” (1x)                                                                            |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A ampliação das vagas em unidades de acolhimento para mulheres, principalmente para aquelas acompanhadas de seus filhos, foi uma das principais necessidades apontadas pelos gestores. Essa questão também apareceu nos relatos dos profissionais, que destacaram que muitos serviços ainda são estruturados principalmente para atender ao público masculino. Esse cenário reforça a discussão de Ximenes e Esmeraldo (2022), segundo a qual as mulheres em situação de rua possuem necessidades específicas que precisam ser consideradas pelas políticas públicas. Quando essas diferenças não são reconhecidas, aumentam as situações de invisibilidade e vulnerabilidade.

Os gestores também destacaram a qualificação profissional, a economia solidária e os projetos de arte-educação como estratégias para fortalecer a autonomia das mulheres, perspectiva semelhante à apresentada por um dos profissionais entrevistados. Segundo o relato, a arte-educação representa mais do que uma atividade recreativa, pois possibilita espaços de escuta, expressão e reconstrução de identidades afetadas pela violência e exclusão. Essa aproximação entre gestores e profissionais demonstra que ambos reconhecem que a assistência social, isoladamente, não é suficiente para superar a situação de rua. Por isso, defendem ações que promovam autonomia, participação e inclusão, conforme a compreensão de Costa (2020) sobre a diferença entre assistência social e assistencialismo.

Quadro 15 – Categoria: desafios da gestão municipal na implementação de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                  | TRECHOS DO TEXTO                                     |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Insuficiência de recursos materiais e humanos | “Insuficiência de recursos e recursos humanos” (1x)  |
| Fragilidade na integração da rede de serviços | “Uma rede integrada e resolutiva de forma real” (1x) |

|                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Insuficiência de política habitacional                   | “Política habitacional insuficiente” (1x)                                                                                                                                                                                                                        |
| Participação social limitada das mulheres                | “Participação social ainda limitada, as mulheres ainda ocupam pouco os espaços de luta” (1x)                                                                                                                                                                     |
| Insuficiência de financiamento público                   | “O subfinanciamento estrutural do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) compromete a capacidade de ampliação, qualificação e manutenção dos serviços, especialmente diante do crescimento expressivo da população em situação de rua nos últimos anos” (1x) |
| Descontinuidade das políticas públicas entre gestões     | “A descontinuidade das políticas públicas em decorrência de mudanças de gestão [...] compromete a consolidação das ações e a efetividade das estratégias implementadas” (1x)                                                                                     |
| Ausência de institucionalização de programas permanentes | “Destaca-se a importância da institucionalização das políticas por meio de programas permanentes — e não apenas projetos pontuais — assegurando continuidade, estabilidade e planejamento de longo prazo” (1x)                                                   |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O bloco sobre os desafios da gestão municipal reúne os principais problemas identificados nesta pesquisa, como a falta de recursos humanos e financeiros, a dificuldade de integração entre os serviços, as limitações das políticas habitacionais e a pouca participação das mulheres na construção das ações públicas. Além desses pontos, os gestores destacaram a descontinuidade das políticas causada pelas mudanças de gestão. Segundo eles, essa situação prejudica a continuidade de programas que começam a ser desenvolvidos em uma administração, mas acabam sendo interrompidos posteriormente.

Esse resultado se relaciona com Barbosa (2018), que aponta que as ações públicas voltadas à população em situação de rua historicamente sofrem com interrupções e falta de continuidade. Por isso, os gestores defendem a criação de programas permanentes, que não dependam das mudanças de governo para serem mantidos. Essa perspectiva também se aproxima de Garcia (2013), ao destacar que os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 devem ser garantidos de forma contínua, independentemente de alterações político-administrativas.

Outro desafio apontado pelos gestores foi o subfinanciamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerado um fator que dificulta o enfrentamento dos demais problemas. Segundo Garcia (2013), a limitação de recursos financeiros muitas vezes é utilizada como justificativa para adiar a efetivação de direitos sociais. Nesse contexto, torna-se necessário ampliar a prioridade dada aos investimentos na assistência social, garantindo melhores condições para a execução das políticas voltadas às mulheres em situação de rua.

Quadro 16 – Categoria: avaliação das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua em Belo Horizonte/MG.

| SUBCATEGORIA                                                           | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Insuficiência das respostas públicas diante da complexidade da demanda | “Trata-se de um fenômeno multifacetado, atravessado por desigualdades de gênero, violência, fragilização de vínculos, insegurança habitacional e exclusão socioeconômica, o que exige respostas estruturadas e intersetoriais”; “Tem condições de fazer melhor. Principalmente na oferta de novos equipamentos para o público feminino” (2x) |
| Necessidade de ampliação do financiamento público                      | “Nesse contexto, o fortalecimento do financiamento público da Assistência Social revela-se elemento central para a consolidação e o aprimoramento dessa política” (1x)                                                                                                                                                                       |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Quadro 17 – Categoria: limitações institucionais, administrativas e orçamentárias que impactam a efetivação dos direitos de cidadania das mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                               | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                            |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Invisibilidade institucional das especificidades de gênero | “Entendimento e reconhecimento mais amplos dos direitos das mulheres, sendo MG um dos estados que mais promove o feminicídio; invisibilidade institucional do recorte de gênero; ausência de formação continuada para as equipes e serviços; limitações orçamentárias” (1x) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

De modo geral, os gestores reconhecem que as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua ainda precisam enfrentar problemas relacionados às desigualdades de gênero, à violência e à falta de moradia. Ao afirmarem que o município “tem condições de fazer melhor”, indicam que existem possibilidades de aprimorar as ações já desenvolvidas. A defesa de maior investimento na Assistência Social também reforça a discussão de Garcia (2013), segundo a qual as limitações financeiras não devem ser usadas como justificativa para impedir a garantia dos direitos sociais.

Entre as limitações institucionais e administrativas, os gestores destacaram a pouca consideração das especificidades de gênero, a necessidade de formação continuada das equipes e o cenário de altos índices de feminicídio em Minas Gerais. Esses aspectos se relacionam às críticas de Borges (2025) e Silva et al. (2017), que apontam que uma atuação considerada neutra pode deixar de reconhecer as necessidades específicas das mulheres.

Outros desafios mencionados, como a interrupção das ações entre diferentes gestões e a ausência de programas permanentes, também apareceram nos resultados sobre a implementação das políticas públicas. Isso demonstra que essas dificuldades estão presentes em diferentes etapas, desde o planejamento até a execução das ações.

Quadro 18 – Categoria: contribuições e limites da articulação intersetorial nas políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                   | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                          |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Baixa efetividade da articulação intersetorial | “Articulações ainda ineficientes quanto ao tempo das tratativas”; “Acredito que as políticas precisam dialogar mais e com |

|                                                            |                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                            | responsabilidade sobre essa população. Vejo que neste momento os gestores limitam a efetividade das políticas” (2x)                                                           |
| Atuação isolada da política de assistência social          | “A atuação isolada da política de Assistência Social, embora essencial, não é suficiente para responder à complexidade das demandas apresentadas por esse público” (1x)       |
| Integração intersetorial para superação da situação de rua | “A integração com as políticas de Saúde, Educação, Habitação, Trabalho e Renda revela-se indispensável para a construção de trajetórias de superação da situação de rua” (1x) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A percepção dos gestores sobre a integração entre as políticas públicas se aproxima da visão apresentada pelos profissionais. Ambos reconhecem que a assistência social é a principal porta de entrada para a rede de proteção das mulheres em situação de rua, mas não consegue, sozinha, atender a todas as necessidades desse público. Os gestores também destacam que dificuldades na própria organização e gestão das ações podem comprometer os resultados das políticas, mostrando que os desafios não estão ligados apenas à falta de recursos, mas também à forma como os serviços são planejados e executados.

Essa compreensão se relaciona ao conceito de políticas públicas apresentado por Amaral e Lopes (2008), que envolve ações planejadas pelo poder público para atender às necessidades da sociedade. Nesse sentido, é necessário superar ações isoladas e fortalecer a integração entre diferentes áreas. A articulação entre saúde, educação, habitação, trabalho e renda, destacada pelos gestores, também está de acordo com Garcia (2013), que aponta a alimentação e a moradia como condições essenciais para a dignidade humana. Assim, a garantia desses direitos depende de uma atuação conjunta entre diferentes políticas, e não apenas da assistência social.

Quadro 19 – Categoria: ações prioritárias do poder público municipal para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                                              | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Fortalecimento e qualificação dos serviços                                | “Atuar no fortalecimento e qualificação dos serviços existentes e ampliar a rede de atendimento e acompanhamento” (1x)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Ampliação dos serviços socioassistenciais considerando questões de gênero | “Compreende-se que a ampliação dos equipamentos especializados é medida estratégica e necessária. Atualmente, Belo Horizonte conta com apenas um Centro POP específico para mulheres, o que se mostra insuficiente diante da demanda crescente e da complexidade das situações vivenciadas por esse público”; “A expansão desses equipamentos deve considerar uma concepção ampliada de público feminino, contemplando mulheres cisgênero, mulheres trans, homens trans e pessoas não binárias, reconhecendo as múltiplas expressões de gênero e as especificidades das vulnerabilidades que atravessam esses grupos” (2x) |
| Articulação intersetorial e fortalecimento do financiamento público       | “Conforme destacado ao longo das reflexões apresentadas, a articulação intersetorial e o fortalecimento do financiamento público constituem elementos vitais para assegurar maior presença do Estado, de forma contínua e estruturada, no acolhimento e na proteção desse público específico” (1x)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Em relação às ações prioritárias para os próximos anos, os gestores destacaram a importância de fortalecer e melhorar os serviços já existentes, além de ampliar a rede de atendimento. Essa percepção também foi apresentada pelos profissionais, que apontaram a qualificação dos serviços como uma necessidade importante. A semelhança entre as respostas dos dois grupos reforça os resultados desta pesquisa.

Outro ponto destacado foi a necessidade de ampliar os serviços socioassistenciais considerando a diversidade das identidades de gênero, incluindo mulheres cisgênero, mulheres trans, homens trans e pessoas não binárias. Ao reconhecerem que o município possui apenas um Centro POP específico para mulheres, os gestores indicam que a estrutura atual ainda não atende plenamente às diferentes demandas desse público. Essa situação se relaciona às discussões de Ximenes e Esmeraldo (2022) sobre a invisibilidade das mulheres em situação de rua e também ao debate apresentado por Jesus (2012) sobre a importância do reconhecimento das identidades trans e travestis, grupos que historicamente enfrentam barreiras no acesso a direitos.

Os gestores ressaltaram que a integração entre as políticas públicas e o aumento dos investimentos são fundamentais para garantir a continuidade das ações. Esse entendimento reforça que a garantia da dignidade das mulheres em situação de rua depende de políticas permanentes, organizadas e articuladas entre diferentes setores, conforme discutido por Sarlet (2001) e Garcia (2013).

Quadro 20 – Categoria: experiências de referência na política pública municipal para mulheres em situação de rua.

| SUBCATEGORIA                                       | TRECHOS DO TEXTO                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Serviços especializados de atendimento às mulheres | “Casa das Mulheres, Gestantes e Puérperas, Centro POP Mulheres”;<br>“Centro POP para mulheres, Casas de gestantes e puérperas, Acolhimento feminino 24 horas” (2x) |
| Espaços de escuta e participação para as mulheres  | “São inúmeras estratégias, mas de forma especial os espaços de escuta e participação das usuárias, fortalecendo o protagonismo” (1x)                               |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Quando questionados sobre experiências que poderiam servir de referência para outros municípios, os gestores destacaram serviços especializados, como a Casa das Mulheres, Gestantes e Puérperas, o Centro POP Mulheres e o acolhimento feminino com funcionamento contínuo. Essas iniciativas mostram avanços de Belo Horizonte (MG) na criação de serviços voltados às necessidades das mulheres em situação de rua. Entretanto, os próprios gestores reconhecem que essas ações ainda não são suficientes diante do aumento da demanda e da complexidade das situações enfrentadas. Um exemplo disso é a existência de apenas um Centro POP exclusivo para mulheres no município.

Também foi ressaltada a importância de ampliar os espaços de escuta e participação das usuárias, fortalecendo o papel das mulheres na construção das políticas que as envolvem. A concordância entre gestores e profissionais reforça que a superação da situação de rua não depende apenas da ampliação dos serviços, mas também de uma mudança na forma como as políticas são planejadas e executadas. Para isso, é necessário aproximar a gestão da realidade vivida pelas mulheres e considerar suas experiências na elaboração das ações.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu constatar que, embora Belo Horizonte/MG tenha demonstrado avanços na institucionalização de um arcabouço normativo para a população em situação de rua, a dignidade das mulheres que vivenciam as calçadas da capital permanece em um estado de fragilidade estrutural. A trajetória histórica das políticas públicas, impulsionada pela Política Nacional para População em Situação de Rua (Brasil, 2009), demonstra uma transição do assistencialismo para a garantia de direitos, todavia, na prática ainda falha em reconhecer as especificidades do recorte feminino.

A análise empírica evidenciou que a *"distância entre o gabinete e o território"* não é apenas geográfica, mas metodológica. As decisões do poder público, muitas vezes pautadas pela burocracia ou pela *"reserva do possível"*, chegam às ruas desconectadas das urgências apresentadas pelas mulheres. A invisibilidade institucional do gênero e da raça faz com que o atendimento tenda a uma neutralidade que, na prática, negligencia vulnerabilidades extremas, como a violência sexual, a maternidade no contexto de rua e a falta de higiene menstrual básica.

Os resultados demonstram que a superação da situação de rua em Belo Horizonte/MG exige mais do que a ampliação de vagas em unidades de acolhimento institucional; demanda uma articulação intersetorial real e o fortalecimento do protagonismo das usuárias. É imperativo que a administração pública transcenda o caráter paliativo e invista em políticas de habitação, geração de renda e escuta qualificada que permitam a reconstrução de projetos de vida, que contribuam de fato para o processo de saída das ruas.

Em suma, a dignidade da pessoa humana para as mulheres em situação de rua só será plenamente alcançada quando o *"território"* deixar de ser apenas um local de intervenção e passar a ser o ponto de partida para a formulação das políticas públicas, ao fomentar a participação da população nos meios decisórios. O abismo entre o gabinete e a calçada precisa ser atravessado por uma gestão que humanize os dados estatísticos e reconheça cada mulher

como dotada de direitos inegociáveis e potencialidades para participar das decisões que afetam a sua realidade.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Jefferson Ney; LOPES, Brenner. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

BARBOSA, José Carlos Gomes Barbosa. **Implementação das Políticas Públicas Voltadas para a População em Situação de Rua: Desafios e Aprendizados**. IPEA, Brasília, p. 129, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, Nívea Maria dos Santos Pereira. **Gênero e rua: invisibilidade, estigma e medo entre as mulheres pretas em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes**. 2025. 122 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 ago. 2026.

BRASIL. [Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009]. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 2 ago. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**. Brasília, DF: 2011. 116 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua: sumário executivo**. Brasília, DF: MDS, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.mds.gov.br/xmlui/handle/123456789/132>. Acesso em: 2 ago. 2026.

CARVALHO, Patrícia Reis. **Mulheres em situação de rua: fatores que contribuem para esta vivência**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, p. 11, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Weully Cordeiro. **Moradores em situação de rua: análise dos direitos humanos violados**. 4º Congresso Internacional de Direitos Humanos, Coimbra, p. 16, 2020.

CAETANO, C. Em cinco anos, triplica o número de mulheres em situação de rua. **O Tempo**, Belo Horizonte, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/em-cinco-anos-triplica-o-numero-de-mulheres-em-situacao-de-rua-1.2413022>. Acesso em 25 de junho de 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Nota Técnica n. 73. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/84f975ab-7824-4406-969b-608e7077b625>

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **A população em situação de rua nos números do Cadastro Único**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. 57 p. (Texto para Discussão, n. 2944). Disponível em: Repositório do Ipea. Acesso em: 2 ago. 2026.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005**.

GARCIA, Emerson. **Princípio da Separação dos Poderes: os órgãos jurisdicionais e a concreção dos direitos sociais**. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: MPRJ, n. 48, abr./jun. 2013. p. 26.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

LEAL, M. et al. **Mulheres em situação de rua: uma análise das políticas públicas para as mulheres**. Anais do 14º Congresso Internacional Rede Unida, Manaus, p. 3, 2020.

MINAS tem 18 mil moradores em situação de rua, mais da metade em BH. Estado de Minas, Belo Horizonte, 16 de julho de 2020. Disponível em: [em.com.br](https://g1.globo.com/mg/estado-de-minas/noticia/2020/07/16/minas-tem-18-mil-moradores-em-situacao-de-rua-mais-da-metade-em-bh.ghtml). Acesso em 08 de

março de 2021.

OBST, J. et al. **A Rua em Movimento: Debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. FASC, Porto Alegre, p. 126, 2012.

**População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**. IPEA, Brasília, 12 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php>.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Gilmar Trindade dos. **Políticas Públicas para a População em Situação de Rua**. ENAP, Brasília, p. 44, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SILVA, Márcia Swênia Brito da; LÔBO, Gutierrez Alves; OLIVEIRA, Jacykelly Renata França. **Interseccionalidades e mulheres em situação de rua**. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2017.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TEMPONI, Sérgio Rosa Neves. **“Tudo é violência, viver é violência”: representações sociais de mulheres em situação de rua na Regional Centro Sul de Belo Horizonte/MG sobre violência**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas, SP: Alínea, 2004. 172 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Programa Transdisciplinar Polos de Cidadania. **Doze cidades concentram 70% da população de rua de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/doze-cidades-concentram-70-da-populacao-de-rua-de-minas-gerais/>. Acesso em: 2 ago. 2026.

XIMENES, Verônica Marais; ESMERALDO, Andrea Ferreira Lima; ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo (org.). **Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022.

## APÊNDICE

**Quadro 1** – Questionário aplicado aos profissionais que atuam diretamente com mulheres que possuem trajetória de vida nas ruas

| BLOCO TEMÁTICO                                                      | PERGUNTAS SELECIONADAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BLOCO I – Caracterização do(a) participante                         | 1. Área de atuação profissional<br>2. Tipo de vínculo institucional<br>3. Tempo de atuação profissional com a população em situação de rua<br>4. Atua ou já atuou diretamente com mulheres em situação de rua                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| BLOCO II – Vivências e especificidades de gênero na situação de rua | 5. Com base em sua experiência profissional, quais são as principais diferenças entre as vivências de mulheres e homens em situação de rua, especialmente no que se refere às vulnerabilidades enfrentadas?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| BLOCO III – Avaliação das políticas públicas no município           | 6. Considerando as políticas públicas voltadas à população em situação de rua no município de Belo Horizonte/MG, como você avalia as ações desenvolvidas nos últimos anos?<br>7. Em sua opinião, as políticas públicas criadas no município de Belo Horizonte/MG para a população em situação de rua foram elaboradas considerando as contribuições e percepções das usuárias, dos profissionais e dos gestores?                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| BLOCO IV – Direitos de cidadania e efetividade das ações            | 8. Diante da realidade atual, quais ações o poder público municipal precisa de forma imediata realizar ou fortalecer para garantir os direitos de cidadania das mulheres em situação de rua?<br>9. Quais são, em sua percepção, as principais demandas apresentadas pelas mulheres em situação de rua que já vêm sendo atendidas pelo município e quais ainda não foram devidamente contempladas pelas políticas públicas?                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| BLOCO V – Perspectivas futuras e articulação intersetorial          | 10. Na sua opinião, quais devem ser as ações prioritárias do poder público nos próximos anos para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua em Belo Horizonte/MG?<br>11. Considerando que a situação de rua é um fenômeno multifacetado, quais ações podem ser desenvolvidas de forma articulada entre poder público e sociedade civil para contribuir com a superação das vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres em situação de rua?<br>12. Em sua percepção, de que forma a articulação intersetorial (assistência social, saúde, habitação, trabalho, entre outros) contribui ou limita a efetividade das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua? |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

**Quadro 2** - Questionário aplicado aos gestores das políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

| BLOCO TEMÁTICO                           | PERGUNTAS SELECIONADAS                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BLOCO I – Caracterização do(a) Gestor(a) | 1. Órgão ou setor em que atua<br>2. Cargo ou função exercida<br>3. Tempo de atuação na gestão de políticas públicas voltadas à população em situação de rua (Opções: Menos de 01 ano; De 01 a 03 anos; De 04 a 06 anos; Mais de 06 anos) |
| BLOCO II – Políticas                     | 4. As políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua foram                                                                                                                                                                   |

|                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| públicas                                                 | elaboradas considerando as contribuições das usuárias, dos profissionais da execução e de outros atores institucionais? (Opções: Sim; Não; Parcialmente)<br>5. Explique sua resposta e, se possível, cite exemplos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| BLOCO III –<br>Implementação, articulação e<br>parcerias | 6. Considerando a articulação entre o poder público municipal e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na execução das políticas voltadas à população feminina em situação de rua, quais têm sido as principais ações ou estratégias adotadas?<br>7. Considerando que a situação de rua é uma questão multifacetada, quais ações em parceria poder público x sociedade podem ser desenvolvidas, a fim de apoiar as mulheres na superação de suas vulnerabilidades?<br>8. Diante da realidade atual, quais ações o poder público municipal precisa de forma imediata realizar ou fortalecer para garantir os direitos de cidadania das mulheres em situação de rua?<br>9. Em sua percepção, de que forma a articulação intersetorial (assistência social, saúde, habitação, trabalho, entre outros) contribui ou limita a efetividade das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua? |
| BLOCO IV – Avaliação,<br>limites e perspectivas futuras  | 10. Considerando o processo de implementação das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua, quais são os principais desafios enfrentados pela gestão municipal?<br>11. De modo geral, como você avalia as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua no município de Belo Horizonte nos últimos anos? (Opções: Excelente; Boa; Regular; Ruim)<br>12. Justifique sua resposta<br>13. Quais são, em sua opinião, as principais limitações institucionais, administrativas ou orçamentárias que impactam a efetivação dos direitos de cidadania das mulheres em situação de rua?<br>14. Quais ações o poder público municipal considera prioritárias para os próximos anos no fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua?                                                                                                              |
| BLOCO V – Experiências e<br>referências                  | 15. Na sua avaliação, quais experiências ou estratégias desenvolvidas em Belo Horizonte no campo das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de rua podem servir de referência para outros municípios?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Considerações finais                                     | 16. Caso deseje, utilize este espaço para acrescentar comentários ou reflexões que considere relevantes para a temática.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**  
**Campus Ribeirão das Neves**  
**Diretoria de Ensino**

**Setor de Controle e Registro Acadêmico**  
Vera Lúcia de Oliveira Andrade , 800 - Bairro Vila Esplanada - CEP 33805488 - Ribeirão das Neves - MG  
3136272303 - www.ifmg.edu.br

**ATA DE DEFESA DO TCC**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2026, às 15h20 horas, na Plataforma de Webconferência do Google Meet, iniciou-se a apresentação pública do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, pelo discente **Miguel Francisco de Oliveira**, intitulado "Do gabinete à calçada: uma análise sobre as políticas públicas voltada às mulheres em situação de rua em Belo Horizonte/MG", tendo como orientadora a M.e. Vânia Dutra Amorim Cerbino. O início dos trabalhos se deu com a apresentação da Banca Examinadora que foi composta pelos seguintes membros: M.e. Vânia Dutra Amorim Cerbino - Orientadora, Dra. Maria das Graças de Oliveira e Dr. Paulo Aparecido Tomaz, membros titulares. O discente iniciou sua apresentação, expondo seu trabalho durante 20 minutos. Os membros da banca apresentaram seus questionamentos e sugestões que foram respondidos pelo discente. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se, sem a presença do discente e do público, para fazer a avaliação final do trabalho apresentado. Em conclusão, a Banca Examinadora deliberou que o Trabalho de Conclusão de Curso foi:

**( x ) Aprovado.**

**( ) Aprovado com ressalvas\*.**

**( ) Reprovado.**

O conceito atribuído ao TCC foi A e a nota **95,0 (noventa e cinco) pontos**. Eu, Vânia Dutra Amorim Cerbino, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais membros da Banca.

M.e. Vânia Dutra Amorim Cerbino

Dra. Maria das Graças de Oliveira

Dr. Paulo Aparecido Tomaz

Ribeirão das Neves, 28 de agosto de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Vania Dutra Amorim Cerbino, Assistente de Aluno**, em 09/09/2026, às 10:18, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Aparecido Tomaz, Professor**, em 09/09/2026, às 11:08, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Gracas Oliveira, Professora**, em 14/09/2026, às 15:37, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2865251** e o código CRC **855FA32E**.

|                      |           |
|----------------------|-----------|
| 23713.001080/2026-27 | 2865251v1 |
|----------------------|-----------|